

## Santo António de Sant'Ana Galvão, OFM (1739-1822): primeiro Santo natural do Brasil

A N T Ó N I O D E S O U S A A R A Ú J O

Centro de Estudos de História Religiosa

**Resumo:** Frei António de Sant'Ana Galvão (1739-1822), frade franciscano da Província da Imaculada Conceição (Brasil) e descendente de um português, tornou-se, em 2007, no primeiro católico natural do Brasil a ser canonizado. Neste texto são sumariamente apresentadas a sua biografia e as diversas fases da sua Causa de Canonização, cujos primeiros requerimentos datam de finais dos anos 30 do século XX.

**Palavras-chave:** Frei António de Sant'Ana Galvão, Franciscanismo, Santidade, Brasil.

**Abstract:** Fray António de Sant'Ana Galvão (1739-1822), Franciscan friar of the Province of the Immaculate Conception (Brazil) and a descendant of Portuguese, became in 2007 the first Catholic native of Brazil to be canonized. In this paper are briefly presented their biography and the various stages of the Cause of Canonization, which first applications date from the late 30s of the twentieth century.

**Keywords:** Friar António de Sant'Ana Galvão, Franciscanism, Holiness, Brazil.

Por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe e durante a sua Viagem Apostólica ao Brasil, sua Santidade o Papa Bento XVI presidiu, na presença de centenas de Bispos e mais de um milhão de fiéis, no dia 11 de Maio de 2007, sexta-feira, no aeroporto “Campo de Marte”, na cidade de São Paulo, à Santa Missa e à Canonização do primeiro Santo brasileiro.

Trata-se do padre franciscano Frei António de Sant’Ana Galvão (1739-1822), cuja biografia tentaremos condensar para os nossos interessados da hagiografia, da piedade e da cultura franciscanas.

Semelhante tarefa ser-nos-ia absolutamente impossível sem o acesso à *Biografia documentada* ou *Biografia Crítica* de Fr. Desidério José Kalverkamp<sup>1</sup>, publicada pelo Mosteiro das Concepcionistas da Luz, nas Edições Loyola – S. Paulo, 1993, em vol. de 384 pp. Foi na qualidade de vice-postulador da causa que Frei Desidério, a partir de 1983, pôde pesquisar documentação e redigir o texto deste volume, para apresentar em Roma, em 1993, como a “Posição sobre a Vida, virtudes e fama de santidade” entregue na *Congregatio de Causis Sanctorum* Prot. n.º 1765, cuja edição foi autorizada em São Paulo, no Brasil.

Nos sítios da Internet ligados ao Brasil existe abundante informação a seu respeito sob o nome de Frei Galvão, Frei António de Sant’Ana Galvão ou mesmo Frei António Santana Galvão.

Com o nome de Frei Galvão designam-se monumentos, edifícios, retratos, objectos, localidades, e até uma Serra. Tudo isso, como veremos, a demonstrar a qualidade e peso da devoção, popularidade e carinho, que, graças ao seu patrocínio e exemplo de vida, conquistou entre o povo paulistano e brasileiro.

## As Biografias

A primeira biografia sobre ele escrita logo após a sua morte, pelo seu confrade e sucessor, Frei Lucas José da Purificação, constava de um só caderno manuscrito, que, tendo corrido de mão em mão, acabou desaparecido, tudo levando a crer que terá sido queimado.

1 – A bibliografia escrita e impressa ganhou impacto em 1922, na comemoração do primeiro centenário da sua morte, sobretudo a partir do Recolhimento ou Mosteiro da Luz – São Paulo – onde ele exerceu a sua acção pastoral e passou quase toda a sua vida. Num álbum de 86 pp. in 8º grande, com 14 trabalhos históricos, o terceiro franciscano Manuel E. Altenfelder assina o estudo mais sólido de todos sobre *Frei António de Sant’Ana Galvão*.

---

1 Alemão de Ahlen, onde nascera em Março de 1910.

2 – Seis anos após, publicou o Convento da Luz a *Vida de Frei António de Sant'Ana Galvão, Religioso Franciscano natural de Guaratinguetá (1739-1822)*, S. Paulo, 1928, 48 pp. ilustradas, um trabalho altamente devedor a Altenfelder.

3 – Manuel E. Altenfelder Silva, O.T.F., em *Brasileiros Heroes da Fé*, S. Paulo, 1928, 424 pp., traça os perfis de 35 brasileiros: sacerdotes, religiosos e leigos, ocupando Frei Galvão as pp. 241-290, cujo texto sólido tem em vista a edificação do povo.

4 – Sor Myrian, *Vida do venerável Servo de Deus Frei António de Sant'Ana Galvão, Religioso Franciscano natural de Guaratinguetá (1739-1822)*, S. Paulo, 1936, 254 pp. Nesta 2ª edição aumentada, e sob pseudónimo, assina-se a Abadessa do Mosteiro da Luz, Madre Oliva Maria de Jesus. Não é rigorosamente uma biografia histórica. Tem interesse pela reprodução de alguns documentos franciscanos do Arquivo do Mosteiro.

5 – Lúcio Cristiano, *Frei António de Sant'Ana Galvão. O Apóstolo de São Paulo entre os séculos XVIII e XIX*, S. Paulo, 1954, 14 pp. Sem preocupações históricas, propõe um bom perfil biográfico com quatro citações bibliográficas.

6 – Maristela, *Frei Galvão, Bandeirante de Cristo*, S. Paulo, edição do Mosteiro da Luz, 1978, 227 pp. Parece constituir a primeira biografia com atenção histórica, dominando todos os contributos históricos anteriores. Não se destinando a historiadores, não tem preocupações críticas, mas tenta uma relação dos passos necessários à beatificação e canonização.

7 – Pe. António de Oliveira Godinho, *Frei António de Sant'Ana Galvão. Escritos Espirituais (1766-1803)*, S. Paulo, 1980, 93 pp. É a primeira edição de uma parte dos escritos, iniciativa do Museu de Arte Sacra de S. Paulo.

8 – Carmelo Surian, *Vida de Frei Galvão*, S. Paulo, 1997, 209 pp. É a biografia mais recente, sem nada de novo, a não ser a reconstrução mais minuciosa da vida do servo de Deus.

## Frei António Galvão – a sua família e naturalidade

Frei António de Sant'Ana Galvão nasceu e foi baptizado na freguesia e vila de Guaratinguetá, do Bispado do Rio de Janeiro, em 1739. Mas com a criação da diocese de S. Paulo logo em 1745, poder-se-á dizer que Frei Galvão é um verdadeiro paulistano: viveu e morreu nesta diocese. Ignora-se o mês e dia do seu nascimento, por falta ou desaparecimento da certidão do registo paroquial.

No nome *Sant'Ana*, de professo franciscano na Província capucha da Imaculada Conceição com que se tornaria conhecido, sepultou parte do nome de família. Na verdade ele denominava-se António Galvão de França, e era descendente de um português. O seu pai era de Portugal, chamava-se igualmente António Galvão de França, nascera em 1706 em Faro, no Algarve, e havia emigrado para o Brasil, para a região de Guaratinguetá, onde se casou, em 1733, com Isabel Leite de Barros, em capela de

familiares dela, chamada “capela dos Correias”<sup>2</sup>. Em vez do nome *de França* paterno, passou a usar o nome *de Sant’Ana*, (hoje até se diria espontaneamente *Santana*), em homenagem à santa padroeira da família<sup>3</sup>.

O pai foi sargento-mor em Taubaté e dedicava-se também ao comércio em vários ramos de negócio, sendo homem de influência social na sua terra, conhecido pela sua caridade e generosidade, o que condizia perfeitamente com a sua qualidade de membro das Ordens Terceiras de S. Francisco e de Nossa Senhora do Carmo<sup>4</sup>. Enviuvou em 1755, com 49 anos, nessa condição ou estado vindo a falecer em 1770, abintestado, e tendo ainda em sua casa um filho, três filhas e uma fortuna das mais sólidas do tempo<sup>5</sup>.

A mãe, Isabel Leite de Barros, filha do capitão Gaspar Correia Leite e Maria Leite Pedroso, estava ligada aos troncos vicentinos/paulistas provindos de povoadores quinhentistas. Teve onze filhos e faleceu com apenas 38 anos, em 1755, tendo deixado vivos 3 rapazes e 5 meninas. Tal como o marido, gozava também do dom de atender os pobres e de juntamente com ele levar à pia baptismal grande número de crianças pobres e abandonadas<sup>6</sup>.

Constituíam uma clássica família cristã do Brasil do século XVIII, devota de Santa Ana, como se vê até pelo nome das filhas. Mas continuemos a identificá-la.

*José*, o primogénito (1734-1782), casado com sua prima Maria Xavier de Barros, teve oito filhos. Foi sargento-mor e faleceu em Guaratinguetá. Dele provém a grande família Galvão de França que de Paraíba irradiou para cidades paulistas como Itu, Piracicaba, Campinas ...

*Maria* (1735-1796), casada com o seu primo, capitão Francisco Ferraz de Araújo. Teve seis filhos e ficou sepultada em Guaratinguetá.

*Isabel* Leite de Barros ou Leite Galvão (1736-1771), casada com Manuel Nogueira da Silva, teve três filhos. Jaz também em Guaratinguetá.

*António* (1739-1822). Trata-se do nosso S. Frei Galvão, sepultado e venerado em S. Paulo.

*Ana* (1741), que faleceu criança.

*Ana Joaquina* (1744-1841), casada com o alferes Félix Gomes de Siqueira, teve oito filhos e faleceu com 97 anos em Embaú.

*João* (1745), que teve Santa Ana por madrinha<sup>7</sup>, faleceu menino<sup>8</sup>.

2 Congregatio de Causis Sanctorum, *Biografia Crítica*, II, Roma, 1993, p. 43. Citaremos sempre *Biografia Crítica*.

3 *Biografia Crítica*, p. 52.

4 *Biografia Crítica*, p. 44.

5 *Biografia Crítica*, p. 45.

6 *Biografia Crítica*, pp. 45-47.

7 *Biografia Crítica*, p. 65.

8 *Biografia Crítica*, p. 46.

*Ana Jacinta* (1746-1823/1825), casada com o capitão-mor José Gomes de Siqueira e Mota, com filhos todos falecidos na infância<sup>9</sup>.

*Manuel* (1747), casado em 1792 com Ana Joaquina de Andrade e falecido sem filhos, no Rio de Janeiro.

*Francisca* (1748), que faleceu criança.

*Francisca Xavier* (1753-1805), casada com o alferes Francisco Nabo Freire. Teve dezassete filhos, vários deles falecidos na infância<sup>10</sup>.

## Algumas notas da sua vida e formação em família

Guaratinguetá remonta enquanto povoação a 1630 e ter-se-á desenvolvido em redor de uma capela “erguida em palha e parede de mão”, dedicada a Santo António<sup>11</sup>. Eclesiasticamente dependia do Bispado do Rio de Janeiro até que em 1745 ficou integrada em São Paulo. O seu apogeu económico, político e social foi atingido com o ciclo do café e graças ao seu forte desenvolvimento urbano, foi elevada a comarca em 1852. Com a decadência do café em finais do século XIX, virou-se para a economia agro-pecuária, tornando-se a capital leiteira do Vale do Paraíba<sup>12</sup>.

Em Outubro de 1748 António Galvão de França surge juntamente com a sua irmã Maria de 13 anos como padrinho de baptismo de uma menina, Maria Raposo, na sua paróquia de S.to António de Guaratinguetá.

Quando contava 13 anos, ou seja em 1752, teve de sair para muito longe de casa. Para efeito de estudos foi enviado para o Colégio/Seminário de Belém, mantido pelos Padres da Companhia de Jesus na vila de Cachoeira, a 130 quilómetros da cidade do Salvador da Baía.

Tratava-se dum estabelecimento fundado pelo Padre Alexandre de Gusmão (1629-1724), um lisboeta emigrado em 1644, que ingressou na Companhia em 1646, nela se tendo ordenado e sido Provincial. Em 1670 residia na Baía. Aí fundou o seminário, (de que fora Reitor e vice-reitor entre 1690-1715) em regime de internato<sup>13</sup>. Regia-se por uma disciplina simples e austera, para formação de jovens. Teve a particularidade de suprir praticamente a carência dos seminários menores, porquanto dele saíram muitos eclesiásticos diocesanos e regulares.

Quando António Galvão de França ali chegou, já ali se encontrava, havia cerca de cinco anos, o seu irmão mais velho, o José, com quem permaneceu apenas uns dez meses, uma vez que ele viajou para as cidades da Baía e do Rio de Janeiro, onde

9 *Biografia Crítica*, p. 47.

10 Cf. *Biografia Crítica*, p. 47.

11 *Biografia Crítica*, p. 47.

12 *Biografia Crítica*, p. 48.

13 *Biografia Crítica*, p. 49.

permaneceu seis meses, antes de regressar a Guaratinguetá e de prosseguir cinco anos de estudo em São Paulo. O José chegou a pensar receber ordens menores. Mas desistindo delas, aparecerá em 1758 na Cúria metropolitana de São Paulo a solicitar dispensa para se casar com a sua prima Maria Xavier de Barros.

Neste colégio jesuíta recebeu António Galvão uma sólida educação intelectual e religiosa, tendo-se mesmo revelado bom latinista e havendo começado a sentir o desejo de se consagrar na vida religiosa no seio da Companhia de Jesus.

Deve ter sido grande a sua dor, quando em 1755, aos dezasseis anos, perde a sua mãe de apenas 38 anos de idade, bem assim como quando o seu pai, atento às borrascas pombalinas que ameaçavam a Companhia, obstou a que o filho demandasse o ingresso nessa Instituição votada à extinção<sup>14</sup>.

## Nos Franciscanos: formação e apostolado

Na impossibilidade de conseguir do pai o acordo para ingressar na Companhia de Jesus, António Galvão voltou-se para os Frades Menores ou Franciscanos ditos Descalços ou Capuchos da Província da Imaculada Conceição, cujo apostolado era bem conhecido na sua região.

Em Taubaté, não longe de Guaratinguetá, possuíam o convento de Santa Clara, para eles construído pelo povo e autoridades locais entre 1674 e 1677<sup>15</sup>. Terá sido a partir desta Casa que o candidato a franciscano se iniciou no conhecimento do ideal de vida franciscana e no contacto com o Provincial Frei Francisco da Purificação, para que o aceitasse na Província, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Foi este quem o enviou para o convento de S. Boaventura de Macacu, inaugurado em 1670, na Capitania do Rio de Janeiro, e destinado a casa de Noviciado já desde 1672<sup>16</sup>, por onde passariam 229 noviços, notáveis muitos deles<sup>17</sup>.

Foi com 21 anos que António Galvão de França se despediu do pai e dos irmãos, para tomar o hábito franciscano a 15 de Abril de 1760, sendo guardião dessa casa o P. Frei José das Neves<sup>18</sup>. Foi nesse dia que, de acordo com praxes franciscanas, renunciou ao seu nome *de França* para incluir o de *Sant'Ana* (= Santana) em lembrança da devoção que sua mãe lhe consagrava como protectora da sua família, cujo nome deu a três das suas filhas.

---

14 *Biografia Crítica*, p. 50.

15 *Biografia Crítica*, p. 51; cf. *A Província Franciscana da Imaculada Conceição 1822-1922*, Petrópolis, 1922, pp. 96-97.

16 *Biografia Crítica*, p. 52.

17 *Biografia Crítica*, p. 69.

18 *Biografia Crítica*, p. 52.

Terminou o ano de noviciado, professando a 16 de Abril de 1761<sup>19</sup> e fez juramento de defender o privilégio da Imaculada Conceição<sup>20</sup>.

Logo de seguida terá vivido no Convento de Santo António do Rio de Janeiro, estudando em vista das ordenações, ou trabalhando, até que em 1762, e como consta do *Livro das Matrículas dos Ordenandos*, foi escalando, entre Março e Julho, etapas da ordenação sacerdotal, recebendo esta a 11 de Julho de 1762, das mãos de D. Frei António do Desterro, OSB, bispo do Rio de Janeiro<sup>21</sup>.

Depois de ordenado sacerdote foi para o convento de S. Francisco de São Paulo, onde a 24 de Julho de 1762 “foi admitido ao estudo de Filosofia”. Significa isto que, em atenção ao seu excelente currículo de estudos obtido entre os jesuítas no Seminário de Belém, na Baía, houveram por bem ordená-lo antes de terminado aquele curso. Terá, pois, feito a Filosofia e a Teologia nas aulas dos religiosos da cidade de São Paulo, acompanhando também os padres que já ali se exercitavam no apostolado entre o povo<sup>22</sup>.

A duração normal do Curso era de três anos de Filosofia e de outros tantos de Teologia escolástica e Moral para se habilitarem para pregadores e para confesores de seculares<sup>23</sup>.

Além destes estudos e do trabalho apostólico, Frei António Galvão procedeu ao aprofundamento da sua espiritualidade franciscano-mariana, declarando-se “filho e perpétuo escravo” de Maria Santíssima, em Novembro de 1766, isto é, quando contava 27 anos de idade<sup>24</sup>.

Em Capítulo Provincial de 1768, Frei António de Sant'Ana Galvão, depois de concluídos em São Paulo todos os estudos regulamentares, foi nomeado, a 23 de Julho, pregador e confessor de seculares, além de porteiro do mesmo convento paulistano. Ser porteiro era então um cargo-chave da vida dum convento, confiado exclusivamente a sacerdotes prudentes e de sólida formação e conduta religiosa<sup>25</sup>, pelo apreço que se pretendia manter entre o convento e o povo. Foi confirmado neste ofício em 1770 e em 1773. No exercício destes ministérios sacerdotais acompanhou os seus confrades por diversas localidades, caminhando sempre a pé.

Sorocaba, Porto Feliz, Itu, Parnaíba, Indaiatuba, Moji das Cruzes, Paraitinga, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e outras localidades o ouviram por ocasião de prédicas solicitadas ou aquando das suas excursões de angariação de fundos para a construção do convento da Luz, em São Paulo<sup>26</sup>.

---

19 *Biografia Crítica*, p. 73.

20 *Biografia Crítica*, p. 74.

21 *Biografia Crítica*, p. 74.

22 *Biografia Crítica*, p. 75.

23 *Biografia Crítica*, p. 75.

24 *Biografia Crítica*, p. 75.

25 *Biografia Crítica*, p. 85.

26 *Biografia Crítica*, p. 86.

Aos 31 anos era já considerado erudito da sociedade paulistana como o comprovam as suas 16 composições poéticas em latim, em louvor de Sant'Ana, na Sessão literária solene de Agosto de 1770, na primeira Academia de Letras, também dita "Academia dos Felizes"<sup>27</sup>, instalada no antigo Colégio da Companhia de Jesus<sup>28</sup>.

## Orientador de Recolhidas e Assistente de Terceiros Franciscanos

Por 1769/1770 terá sido nomeado confessor do Recolhimento de Santa Teresa, existente em São Paulo desde 1685<sup>29</sup>, aparecendo em 1775 como visitador do convento de Itu<sup>30</sup>, e em 1776 também como Comissário da Ordem Terceira de S. Francisco na cidade de São Paulo, confirmado nesse cargo até 1792, época em que também orientava o Recolhimento da Luz, que aspirava ascender a convento ou mosteiro<sup>31</sup>.

A fundação do primitivo Recolhimento da Luz está ligada ao Morgado de Mateus, D. Luís António de Sousa Botelho e Mourão, e remonta a 1774<sup>32</sup>; surge junto a uma capela de Nossa Senhora transferida em 1603 das margens do Ipiranga para o campo da Luz, a qual em 1765 se encontrava ao abandono<sup>33</sup>.

A Irmã Helena Maria do Espírito Santo, ligada ao Recolhimento de Santa Teresa, estava também por detrás do novo Recolhimento da Luz. Queria ela que esta casa fosse carmelita. Mas o então bispo de São Paulo desde 1774, o franciscano D. Frei Manuel da Ressurreição, quis sujeitá-lo à Regra dos doze capítulos da Puríssima Virgem Maria da Conceição, aprovada pelo Papa Júlio II, em 1511, para a fundadora portuguesa Santa Beatriz da Silva<sup>34</sup>.

Em 8 de Setembro de 1774 nasceu a nova comunidade concepcionista vindo juntar-se a outras três iguais existentes na Baía, Rio de Janeiro e Minas Gerais, malgrado a oposição do todo-poderoso Marquês de Pombal<sup>35</sup>.

Graças à sua orientação do Recolhimento de Santa Teresa, Frei Galvão acabaria por se ver intimamente ligado ao nascimento e crescimento da nova comunidade da cidade de São Paulo. Mas ao mesmo tempo que comungou das suas alegrias, também partilhou das suas tristezas, tais como a morte da Madre fundadora em 23 de Fevereiro de 1775, a substituição, em 14 de Junho, do Governador Morgado de Mateus por Martim Lopes Lobo de Saldanha, cujos oito anos de governo representam uma "época

27 *Biografia Crítica*, pp. 86-87.

28 *Biografia Crítica*, p. 32.

29 *Biografia Crítica*, p. 88.

30 *Biografia Crítica*, p. 89.

31 *Biografia Crítica*, pp. 91 e 103.

32 *Biografia Crítica*, p. 107.

33 *Biografia Crítica*, p. 109.

34 *Biografia Crítica*, p. 110.

35 *Biografia Crítica*, p. 107 e 110.

sinistra na história de São Paulo”, cheia de arbitrariedades, entre elas a de obrigar o Bispo a encerrar o Recolhimento, apesar da autorização do Senado da cidade<sup>36</sup>.

Perante o inesperado da ordem de encerramento, o Padre António Galvão executou com serenidade a última celebração com notável atraso, para espanto das recolhidas e dos mais circunstantes, os quais, só no final, ficariam ligeiramente a par do alcance do acontecido. Ocorreu isso no dia de S. Pedro, a 29 de Junho de 1775.

Tendo-se revestido, ordenou que se encaminhassem para o comungatório: “deu a comunhão e consumiu o Sacramento do Sacrário, mandou apagar a lâmpada e no fim... disse ao povo que não adorassem mais o Sacramento que já não existia no Sacrário”<sup>37</sup>.

Na portaria souberam as recolhidas que o Senhor Bispo as mandava avisar os pais para que as viessem buscar para suas casas, porque dentro de um mês se fechariam as portas. Ninguém, nem Frei Galvão, lhes explicara as razões de tudo isto. Resolveram manter-se confiantes e encerradas em casa, pois quase todas eram naturais da cidade ou da área de São Paulo, aguardando o desenrolar dos acontecimentos.

Depois de um mês e dias trouxe o correio pedestre do Rio de Janeiro a resposta do Vice-Rei – Marquês do Lavradio – ao Relatório do Capitão general Martim Lopes, o qual seria advertido e forçado a revogar a ordem e reabrir o Recolhimento, o que fez, persistindo contudo sempre na sua hostilidade em todo o tempo do seu governo (1775-1782)<sup>38</sup>.

Em face deste contratempo, Frei Galvão repensou ampliar as habitações das recolhidas, substituindo a estrutura de tipo conventual pela de um mero recolhimento e casa de retiro de senhoras piedosas ou devotas, sem votos. Embora pudessem praticar vida religiosa na máxima perfeição, não eram, nem podiam ser tidas como religiosas ou freiras, portanto, fora do alcance das leis anti-monásticas de Portugal. E foi assim que algumas das antigas recolhidas voltaram das suas famílias, muitas das quais contribuiriam para a ampliação do novo Recolhimento. As obras da nova casa efectuaram-se entre 1775 e 1788, tendo-se prolongado ainda numa segunda fase até 1802, com a construção da sua bela igreja<sup>39</sup>.

A hostilidade manifestada pelo Governador tornou mais despertas as recolhidas e solidárias com elas as suas famílias, a ponto de fazer surgir um grande número de pretendentes ou candidatas a devotas e proporcionar a oportunidade de se construir um edifício sólido com paredes de mais de metro de espessura, oito de altura e algumas de trinta de comprimento. Frei Galvão foi o arquitecto de todo o Recolhimento da Luz, uma obra que precisou de 14 anos de trabalho pesado e moroso, todo ele conseguido

36 *Biografia Crítica*, pp. 138-139.

37 *Biografia Crítica*, p. 139.

38 *Biografia Crítica*, p. 140.

39 *Biografia Crítica*, pp. 141-142.

à custa de donativos e de braços. Outros tantos seriam necessários para o levantamento da igreja<sup>40</sup>, inaugurada em Agosto de 1802, embora sem as torres<sup>41</sup>.

Este conjunto conhecido como Convento de Nossa Senhora da Luz constitui ainda hoje um importante espécime da arquitectura religiosa de São Paulo. É uma obra de arte, admirada pela sua resistência e pelo seu belo estilo barroco<sup>42</sup>; pôde mesmo ser declarada, em 1998, pela UNESCO, “Património cultural da Humanidade”<sup>43</sup>, tornando-se assim mais do que digna de figurar num *Atlas da Arte Portuguesa no Mundo*<sup>44</sup>.

Além de arquitecto, Frei António Galvão teve de exercer todos os ofícios para a formação das suas “religiosas” ou reformadas: Regente, Mestre, Director. Tinha de lhes ministrar os rudimentos da vida cristã, ensinar a rezar, a ler o latim, a entoar e cantar o gregoriano e a praticar as cerimónias segundo os rituais da vida franciscana. Deixou-lhes nos Estatutos, que lhes redigiu, orientações muito precisas sobre o modo de se comportar no coro, na cela, na casa, na portaria, nas relações entre si, com os doentes, os seculares, superiores e confessores<sup>45</sup>.

Frei Galvão foi sempre, desde o seio da sua família, desde o Colégio/Seminário jesuíta da Baía, e as casas da sua Ordem Franciscana por onde passou, um zelador de tudo o que é recto, verdadeiro, bom e justo.

Patenteou-o, por exemplo, no exercício de cargos de Comissário da Ordem Terceira de S. Francisco (1776-1780)<sup>46</sup>, fazendo inovações em nome da justiça, como a de investir os capitais em imóveis que renderiam em benefício dos sufrágios atempados aos irmãos falecidos, ou da satisfação de serviços prestados com novos imóveis<sup>47</sup>.

A sua voz de protesto ou tomada de posição, em 1780, perante a atitude cruel do Governador da Capitania de São Paulo, ao infligir a pena capital, em vez da prisão perpétua, ao pobre soldado Caetaninho, valeu-lhe a ordem fulminante de desterro para o Rio de Janeiro. Ele deu imediato cumprimento à ordem, cuja notícia logo correu toda a sua cidade de São Paulo. Em pouco tempo, homens com escravos armados formaram bando ameaçador e cercaram a casa do Governador, Capitão-General Martim Lopes Lobo Saldanha, o qual não teve outro remédio senão revogar a sentença de desterro, permitindo a recondução de Frei Galvão ao convento de S. Francisco<sup>48</sup>. Por causa

40 *Biografia Crítica*, p. 152.

41 *Biografia Crítica*, p. 113.

42 *Biografia Crítica*, p. 155.

43 *Biografia Crítica*, p. 152.

44 Pedro Dias, *Atlas da Arte Portuguesa no Mundo*, Santander Totta, 150 anos, Lisboa, 2007, p. 43. Apenas faltará a menção do seu arquitecto franciscano, Frei António de Santana Galvão, canonizado primeiro santo do Brasil, em Maio de 2007.

45 *Biografia Crítica*, p. 154.

46 *Biografia Crítica*, p. 187.

47 *Biografia Crítica*, pp. 188-189.

48 *Biografia Crítica*, p. 190.

disso a revolta dos paulistas foi de tal ordem que determinou a demissão do General do seu posto<sup>49</sup>, numa demissão triste a manchar a história da cidade<sup>50</sup>.

## Os Superiores Franciscanos reconhecem as suas qualidades

Graças à sua virtude, competência e prestígio, os seus superiores franciscanos tinham nele o seu olhar, desejando promovê-lo no seio da própria Ordem. Para tanto começaram por nomeá-lo Presidente e Mestre de Noviços, em Outubro de 1781, no Convento de S. Boaventura de Macacu, da Capitania do Rio de Janeiro. O Bispo Franciscano de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, não o deixou ir tomar posse. “Os habitantes de S. Paulo – escreveu ele – experimentaríamos amargura na ausência desse padre”, que “tem tido um procedimento exemplaríssimo pela qual razão o aclamavam santo”<sup>51</sup>.

Frei Galvão era mais útil em São Paulo do que em Macacu, onde em 1884, por decréscimo de noviços, encerrou o Noviciado, tendo assim podido seguir pregando, angariando esmolas e levando a termo a construção do Recolhimento<sup>52</sup>.

Como se depreende da decisão do Capítulo de Setembro de 1796, o que os seus Superiores franciscanos pretendiam era poder conceder-lhe privilégio de uma Presidência e de uma Guardiania para atingir ou desempenhar cargos mais altos na sua Ordem<sup>53</sup>.

Foi uma espécie de título honorífico a prepará-lo para, na Congregação intermédia de Março de 1798, o nomearem Guardião do Convento de S. Francisco da cidade de São Paulo. Não obstante esta nomeação, Frei Galvão permaneceu Capelão das Recolhidas da Luz, cujos serviços eram considerados insubstituíveis, tanto no Recolhimento como na cidade e em toda a diocese, conforme consta de cartas da Câmara e do próprio Bispo D. Mateus de Abreu Pereira. Segundo este, o Recolhimento da Luz era considerado “como âncora que sustenta São Paulo e todo o Bispado”<sup>54</sup>.

O problema da acumulação de cargos ou ofícios não estaria então em uso, mas Frei Galvão aceitou-os e exerceu-os dignamente e a contento de todos. Tanto o de guardião de S. Francisco como o de capelão e construtor da igreja do Recolhimento de Nossa Senhora da Luz. Em 1799 terminou a guardiania. Mas em 1801, foi reeleito nas mesmas circunstâncias do mandato anterior<sup>55</sup>.

---

49 *Biografia Crítica*, p. 189.

50 *Biografia Crítica*, p. 191.

51 *Biografia Crítica*, p. 197.

52 *Biografia Crítica*, p. 198.

53 *Biografia Crítica*, p. 199.

54 *Biografia Crítica*, p. 198.

55 *Biografia Crítica*, p. 200.

Em Outubro de 1804, além da direcção do Recolhimento, foi incumbido da visita canónica do convento de S. Luís de Itu e de ser o Visitador Geral e Presidente do Capítulo, cargo a que renunciou, por doença, ou naturais motivos de cansaço.

Recorde-se que a fundação do novo Recolhimento ocupou-o desde 1774 até 1788, isto é, 14 anos. Mas faltava ainda a igreja... E tal como aconteceu com a habitação, Frei Galvão, adoptou com a igreja o critério da solidez da obra.

Arrecadar fundos e supervisionar o andamento duma construção em que muitas vezes ajudou com as próprias mãos, implicou todo um conjunto de canseiras com trabalhos e viagens que se prolongaram por outros tantos 14 anos, ou seja, entre 1788 e 1802. E diga-se que se Frei Galvão teve a imensa alegria de ter sido ele o primeiro a cantar missa e a pregar o primeiro sermão proferido dentro da nova igreja em 15 de Agosto de 1802<sup>56</sup>, já não conseguiu concluir o seu sonho.

A igreja estava inaugurada. Mas faltavam as torres. O plano da fachada concebido pelo “arquitecto” Frei Galvão traçou-o ele na parede da cela ou cubículo onde morreu, no Recolhimento da Luz. Comportava duas torres. Aquilo que ele já não pôde fazer, muito menos o conseguiriam os seus sucessores. Estes tiveram de se contentar com o levantamento de apenas uma torre<sup>57</sup>.

## A sua ligação a um novo Recolhimento

Também noutras circunstâncias ressaltou patente o reconhecimento e o aproveitamento da virtude, criatividade, empatia e capacidades de organização e liderança de Frei Galvão.

As netas do Capitão-mor de Sorocaba, Salvador de Oliveira Leme, Manuela e Rita, filhas de Francisco Xavier de Oliveira, requereram a construção de um recolhimento, principiando pelo projecto de um educandário para seis meninas que manteriam com os seus próprios recursos. Foi esta modalidade um habilidoso subterfúgio utilizado até 1828, data em que pediram ao Imperador D. Pedro I autorização para suspensão do educandário, permanecendo às recolhidas a liberdade de iniciarem “uma vida contemplativa sem nenhuma perturbação”. D. Manuela faleceria em 1833 e a sua irmã Rita, em 1842<sup>58</sup>.

Para a fundação do Recolhimento da cidade de Sorocaba, pediu o Bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, a preciosa colaboração não só de Frei Galvão, mas também de duas ou três recolhidas de Nossa Senhora da Conceição da Luz.

Os termos do despacho do Vigário Geral de São Paulo, datado de 12 de Agosto de 1811, portanto quando ele contava já cerca de 72 anos, revelavam o respeito e

56 *Biografia Crítica*, p. 212.

57 *Biografia Crítica*, p. 113.

58 *Biografia Crítica*, p. 214.

veneração que a Autoridade Diocesana lhe devia: “podendo e querendo as acompanhe [as duas ou três recolhidas de Nossa Senhora da Luz], dê os fundamentos e direcções ao novo recolhimento”. Escusado seria dizer que aceitou e que o êxito da sua missão de direcção deste novo “Recolhimento” foi tão bem sucedido que onze meses foram o bastante para que ele e as suas colaboradoras do Recolhimento da Luz, Irmãs Domiciana e Rita, pudessem ter regressado em 1812, ao referido Recolhimento de São Paulo<sup>59</sup>.

## Os últimos dez anos da vida de Frei Galvão

Depois desta sua ligação a Sorocaba, Frei Galvão viveu mais dez anos. Caminhava diariamente a pé, entre o convento de S. Francisco e o Recolhimento da Luz, enquanto pôde. De seguida, obteve licença do Guardião e do Bispo para permanecer em dependências da obra, ainda alguns anos<sup>60</sup>. Habitava “num quartinho contíguo ao convento da Luz, muito ruim e todo esburacado, de chão de terra, situado no local onde hoje está o locutório novo”<sup>61</sup>, até ao momento em que se mudou para um quartinho (cubículo) atrás do sacrário, “no fundo da igreja”<sup>62</sup>. Foi este local ou quarto improvisado que lhe serviu de enfermaria e onde em momentos de insónia e tréguas de sofrimento conseguiu “desenhar na parede” a “cúpula da torre da igreja” que deixaria inconcluída. Neste pequeno espaço de apenas dois metros e cinco centímetros de largura tinha a sua modesta cama. Aceitava todas as privações, dizendo: “seja tudo, por amor de Deus”<sup>63</sup>.

Pelas dez horas da manhã do dia 23 de Dezembro de 1822 aqui faleceu, socorrido de todos os sacramentos, assistido pelo seu Guardião, Frei João do Espírito Santo, P. Mestre Frei Inácio de Santa Justina, Frei António da Assunção e pelos clérigos confessores da Casa, padres Joaquim Francisco de Abreu e Francisco de Assis Ribeiro, seguindo-se, à tarde, o ofício de corpo presente e missa cantada solene<sup>64</sup>.

Por concessão do Bispo D. Mateus e a requerimento das Irmãs e moradores da Luz, o seu corpo foi depositado no presbitério da igreja, em sepultura aberta sob a lâmpada do Santíssimo, em frente do altar, cuja lápide registaria o epitáfio: *Hic jacet Fr. Antonius a Sant'Ana Galvão huius almae domus inclytus fundator et director qui animam suam in manibus suis semper tenens placide obdormivit in Domino die 23 decembris anno 1822*, a significar: “Aqui jaz Frei António de Sant'Ana Galvão, ínclito fundador e reitor desta casa, que tendo sua alma sempre em mãos, placidamente adormeceu no Senhor,

---

59 *Biografia Crítica*, p. 214.

60 *Biografia Crítica*, p. 221.

61 *Biografia Crítica*, p. 222.

62 *Biografia Crítica*, p. 223.

63 *Biografia Crítica*, p. 223.

64 *Biografia Crítica*, p. 123.

no dia 23 de Dezembro do ano de 1822”. A primitiva lápide foi substituída por outra de mármore, com os mesmos dizeres, em 1906<sup>65</sup>.

Em Fevereiro de 1991, no âmbito do processo de beatificação, perante as Autoridades, membros do Tribunal Eclesiástico e Médicos do Instituto Médico-Legal de São Paulo e alguns especiais convidados, procedeu-se à exumação dos restos mortais de Frei Galvão. Deles, a parte mais conservada foi recolhida numa urna colocada no mosteiro; os fragmentos menores continuariam a permanecer na sepultura<sup>66</sup>.

### Frei Galvão: o seu nome e a sua memória

Como já se referiu, a primeira biografia de Frei Galvão foi escrita por Frei Lucas José da Purificação, seu confrade e sucessor na Capelania do Recolhimento da Luz, com a colaboração das religiosas testemunhas da vida dele durante 48 anos. Como não foi publicada e dela não terão sido feitas cópias, correu de mão em mão, até que alguém (quem sabe se por já delido e surrento com tanto uso!) não mais devolveu o caderno manuscrito. Segundo depoimento recolhido, alguém terá dito, quando perguntado: “Ah ... foi para o fogo, como o foram todos os objectos religiosos” ... <sup>67</sup>.

Não obstante esse pequeno incidente, jamais se apagou da memória dos admiradores e devotos, nem o seu nome, nem as suas virtudes, nem alguns factos quase milagrosos<sup>68</sup>, como o dom de penetrar segredos<sup>69</sup>, o dom de vencer distâncias (bilocação), ou o de ser advogado para o bom sucesso das parturientes<sup>70</sup>, o seu prestígio ou força moral sobre o Governo e o povo de São Paulo<sup>71</sup>, ou nos Paços episcopais e nas Cúrias<sup>72</sup>, o seu poder apaziguador<sup>73</sup>, a sua assistência aos aflitos e perseguidos que buscam consolação e justiça<sup>74</sup>.

O respeito pelo seu nome, pelas suas receitas e conselhos, pelas suas lembranças e objectos resultavam desse poder sobrenatural que ressumara da sua virtuosa vida e se prolongava para além da sua preciosa morte.

### Os “Galvão de promessa”

Em veneração do Frei Galvão “numerosos indivíduos trocavam os apelidos paternos pelo de Galvão”, “em virtude de promessa feita por seus pais ou avós”. São os

65 *Biografia Crítica*, p. 224.

66 *Biografia Crítica*, p. 225.

67 *Biografia Crítica*, pp. 311-312.

68 *Biografia Crítica*, p. 313.

69 *Biografia Crítica*, p. 314.

70 *Biografia Crítica*, p. 315.

71 *Biografia Crítica*, pp. 318 e 321

72 *Biografia Crítica*, p. 319

73 *Biografia Crítica*, p. 325

74 *Biografia Crítica*, p. 331

“Galvão de promessa”, conhecidos em todo o Estado de São Paulo e existem também noutros Estados particularmente no de Minas Gerais<sup>75</sup>.

### O seu Nome

O nome “Frei Galvão” foi dado a monumentos, edifícios, ruas em várias localidades, a uma Serra; a edifícios, como maternidade, museu, Seminário, Escola Estadual, rancho, residência episcopal; a coisas, como placas, áreas, poço, cela, quadros ou pinturas a óleo, escultura, busto, medalhão, etc.<sup>76</sup>

### Pílulas de Frei Galvão

São nada mais nada menos que pequenos papelinhos enrolados com uma oração em latim, dizendo: “*Depois do parto, ó Virgem, permaneceste intacta: Mãe de Deus intercede por nós*”, que ele escreveu e com sucesso deu a um jovem como remédio para os seus cálculos renais, para que os engolissem com água. O mesmo fazia a uma parturiente com dificuldades de parto. Este uso divulgou-se muito, sendo procurado por homens, mulheres e jovens em dificuldades de toda a espécie. As Irmãs do convento de Nossa Senhora da Luz podem dá-las às pessoas que as procuram, na portaria<sup>77</sup>.

Frei Galvão faz a propaganda de si mesmo. Sua intercessão junto de Deus obtém graças e com elas o amor e a veneração dos devotos. Não é só a capital ou o Estado de São Paulo que o venera. O convento da Luz recebe diariamente cartas de todos os cantos do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, a comunicar graças ou a pedir estampas e orações. Até na Argentina, México e Portugal o seu nome é conhecido e invocado<sup>78</sup>.

### Causas de beatificação: a santidade notável, base de todas elas

Exactamente porque raramente se fala das dimensões ou vertentes banais ou das circunstâncias das causas dos santos, comecemos por dizer que cada caso é um caso, mas a organização dum processo comporta sempre um trabalho ou serviço moroso, exigente e não isento de dificuldades.

Tudo tem de ser provado, coerente e transparente. Apoiado em Fontes e testemunhas fidedignas, que permitam a construção dum retrato e a reconstituição duma biografia.

---

75 *Biografia Crítica*, p. 312

76 *Biografia Crítica*, pp. 341-343.

77 *Biografia Crítica*, p. 340.

78 *Biografia Crítica*, p. 333.

No caso de Frei Galvão, saliente-se, antes de mais, que a biografia crítica ou biografia documentada resultou dum conjunto infindável de pesquisas. Tudo em ordem à elaboração do processo para a sua Causa de beatificação.

Na realidade, o itinerário da beatificação de Frei Galvão, desde que se iniciou até ao termo da canonização, requereu sete longas décadas e quase quatro processos, todos eles condicionados por contingências inevitáveis, tais como carências de disponibilidade, saúde, meios materiais, competência dos postuladores, acrescentadas a outros tantos imprevistos e vicissitudes.

As notas que colhemos a propósito das sinuosidades ou vicissitudes ocorridas com Santo António Santana, Santo António Galvão ou São Frei Galvão são deveras ilustradoras. Registemo-las.

A inexperiência em instruir processos deste tipo, bem assim como a falta de recursos humanos e económicos terão estado na origem do insucesso dos dois primeiros.

Além disso, saliente-se que a causa não contou oficialmente com o respaldo nem da Ordem Franciscana nem da Arquidiocese de São Paulo, mas tão somente com as ofertas dos devotos do Servo de Deus e as economias do seu Convento ou Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz<sup>79</sup>.

Os requerimentos feitos à Autoridade Eclesiástica, em ordem à introdução da Causa foram sempre, em todos os processos, custeados pela Abadessa do Mosteiro.

O primeiro data de 1938-1939 e teve como postulador Frei Adalberto Ortmann, OFM, que se empenhou na busca de documentos e pesquisas então exigidas pelo Direito, para o que contou com a ajuda do confrade historiador Frei Basílio Röver<sup>80</sup>. Mas o entusiasmo inicial terá esmorecido com o somar dos anos ...

Em Maio de 1947, à pergunta que lhe foi dirigida acerca do material recolhido, o P. Ortmann, entretanto desligado da Ordem Franciscana, respondeu que tudo havia entregado à Abadessa do Mosteiro da Luz, por ter sido ela quem custeara toda a despesa havida<sup>81</sup>.

Em Julho de 1948, o postulador entretanto nomeado pelo Cardeal Carlos Mota obteve indicação das insuficiências do processo anterior. Em face disso, em 28 de Abril de 1949, constituiu o Cardeal um tribunal eclesiástico expressamente para a Causa de Frei Galvão, nomeando como Vice-Postulador Frei Dagoberto Romag, OFM, cujo *Processiculus Diligentiarum*, entregue em Roma em 1949<sup>82</sup> também não sortiu efeito, permanecendo-se assim, em 1954, noutra fase de recesso. Perante a ineficácia dos

---

79 *Biografia Crítica*, p. 270.

80 *Biografia Crítica*, p. 262.

81 *Biografia Crítica*, p. 263.

82 *Biografia Crítica*, p. 264.

processos anteriores, foi reaberto o terceiro processo pelo Cardeal D. Agnelo Rossi, o qual começou com a constituição dum novo tribunal, em 23 de Dezembro de 1969<sup>83</sup>.

Infelizmente, a nomeação de D. Agnelo Rossi para Prefeito da Congregação da Evangelização dos Povos, em 1970, conduziu à paralização total do tribunal e da postulação, desde então nada mais se produzindo<sup>84</sup>.

O quarto processo (1980-1991) deve-se à vontade do Cardeal franciscano D. Paulo Evaristo Arns, o qual sendo Arcebispo de São Paulo retomou a Causa muito empenhadamente.

Perto de 30 anos volvidos verificar-se-ia, com espanto e consternação, que o *Processiculus* que devia, havia muito, transitar na Causa dos Santos não aparecia lá; andava extraviado e esquecido. Permaneceria lacrado e intocável, até ao momento em que o Cónego Pascoal Amato, da Diocese de São Paulo, depois de muita canseira e expectativa, o localizaria na Cúria Generalícia dos Frades Menores, donde o retirou e trouxe para o Brasil, para ser incluído em fotocópia na Relação dos diferentes Processos<sup>85</sup>.

Para tanto, em Novembro de 1980, o Arcebispo de São Paulo constituiu postulador geral Frei António Cairolí, que aceitou em Janeiro do ano seguinte<sup>86</sup>. O vice- postulador, Frei Alberto Beckhauser, OFM, foi homologado em 5 de Fevereiro de 1981 pelo Cardeal Arns, mas por impossibilidade teve de ser substituído, em 1983, por Frei Desidério J. Kalverkamp, OFM<sup>87</sup>, o qual fez novas pesquisas de documentos.

Por motivos de saúde, também este teve de desistir, em Abril de 1990, e ser substituído, em Novembro seguinte, pelo P. Arnaldo Vicente Belli, ex-OFM Cap., encardinado na Diocese de São Paulo<sup>88</sup>.

Felizmente, porém, a pesquisa de documentos tinha sido efectuada e a elaboração da *Biografia Crítica* de Frei Desidério tinha finalmente conduzido a causa a bom termo. De posse de 17 cartas postulatórias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Bispos do Regional Sul 1 e de todos os Cardeais do Brasil, o Cardeal de São Paulo pôde em Outubro de 1990<sup>89</sup>, dirigir ao Prefeito da Congregação para as Causas dos Santos, Cardeal Ângelo Felici o pedido de “nihil obstat”, cuja resposta, ocorreu a 21 de Dezembro desse ano.

Tudo isso permitiu proceder-se à preparação do decreto de validade, a partir de 1991<sup>90</sup>.

---

83 *Biografia Crítica*, p. 265.

84 *Biografia Crítica*, p. 266.

85 *Biografia Crítica*, p. 265.

86 *Biografia Crítica*, pp. 266-267.

87 *Biografia Crítica*, p. 268.

88 *Biografia Crítica*, pp. 269 e 302.

89 *Biografia Crítica*, p. 269.

90 *Biografia Crítica*, p. 270.

Por outro lado, foi instaurado em 1991, em São Paulo, o Tribunal Eclesiástico para o Processo sobre a continuidade da fama de santidade, o qual nomearia uma Comissão histórica para compulsar Arquivos Eclesiásticos e Civis para verificação de documentos.

Em Fevereiro de 1991 procedeu-se à exumação dos restos mortais do Servo de Deus com a presença do Cardeal de São Paulo, do Tribunal Eclesiástico, de pessoas “ad hoc” convidadas e com o trabalho científico do Instituto Medico-legal de São Paulo<sup>91</sup>.

Em Novembro de 1993 ocorreu a sessão dos consultores históricos, em Junho de 1996 efectuou-se o congresso dos consultores teólogos e em Dezembro o dos Cardeais e Bispos. Após tudo isso, a 25 de Março de 1997, o Sumo Pontífice, João Paulo II, aprovou e dispôs que se elaborasse o Decreto de cuja declaração solene “*consta que o servo de Deus António de Sant’Ana (no século António Galvão de França), sacerdote professo na Ordem dos Frades Menores Alcantarinos (ou Descalços) Fundador do Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, praticou as virtudes teológicas da Fé, Esperança e Caridade para com Deus e para com o próximo, como também as virtudes cardeais da Prudência, Justiça, Temperança e Fortaleza e as outras anexas, em grau heróico para efeito da canonização*”.

Data a publicação e transcrição deste Decreto nas Actas, do dia 8 de Abril de 1997<sup>92</sup>.

No dia 20 de Junho seguinte, voltou a reunir-se o mesmo congresso dos teólogos consultores e a 17 de Fevereiro de 1998 efectuou-se a reunião ordinária dos Cardeais e Bispos. Em ambas as sessões foi afirmativa a resposta à questão do milagre verificado na menina *Daniela Cristina da Silva*, de 4 anos, de São Paulo, que em Maio de 1990 foi hospitalizada; perante a ineficácia da medicina, os pais, vizinhos e irmãos do Mosteiro da Luz invocaram o Venerável António de Sant’Ana. Tendo logo recuperado a saúde voltou para casa, a 21 de Junho, totalmente curada duma “hepatite fulminante de vírus A com encefalopatia, insuficiência renal aguda”. A promulgação do Decreto sobre o milagre, por João Paulo II, ocorreu a 6 de Abril de 1998<sup>93</sup>.

Na Carta Apostólica *Dominus mihi astitit et confortavit me*, de 25 de Outubro de 1998, o Papa designou para o rito de Beatificação o dia 25 de Outubro de 1999<sup>94</sup>, fixando para o mesmo dia 25 de Outubro a data anual da sua comemoração litúrgica<sup>95</sup>.

O segundo milagre é posterior. Ocorreu nas pessoas de D. Sandra Grossi de Almeida, de São Paulo e seu filho, Enzo de Almeida Gallafassi. Depois de abortos espontâneos em 1993 e 1994 por malformação uterina, não obstante as correcções cirúrgicas, D. Sandra nunca conseguira qualquer gravidez. Em Maio de 1999, engravidou.

91 *Biografia Crítica*, p. 16.

92 *Acta Apostolicae Sedis*, XC (1998), pp. 51-53; cf. *Acta Ordinis Fratrum Minorum*, CXVII (1998), pp. 33-34.

93 *Acta Apostolicae Sedis*, XCI (1999), p.119-121; cf. *Acta Ordinis Fratrum Minorum*, CXVIII (1999), p. 50.

94 *Acta Apostolicae Sedis*, XCI (1999), p. 856.

95 *Acta Apostolicae Sedis*, XCI (1999), p. 857.

A ecografia de Junho, mostrando deformações, levou a obstetra a tomar precauções para enfrentar a gravidez tida como perigosíssima por diversos motivos. Contudo a gravidez prosseguiu até à 30ª semana, quando os médicos fizeram uma cesariana; a 11 de Dezembro a parturiente poderia falecer ... O bebé nasceu são e normal, saindo do hospital a 19 de Dezembro. Tudo isso obteve esta mãe, por intercessão do Beato António Galvão, a quem recorreu e se confiou em Junho de 1999.

Aceite, em 26 de Novembro de 2004, o facto, a Junta médica, em 18 de Janeiro de 2006 declarou não ser de momento possível explicar cientificamente o sucedido, pelo que os teólogos nos dias 4 e 13 de Abril de 2006 e os Cardeais e Bispos, no dia 12 de Dezembro de 2006, responderam afirmativamente acerca do milagre. Bento XVI, inteirado do assunto, fez constar o ocorrido, face à “malformação uterina congénita de classe 3-4 ( ... ) não corrigida cirurgicamente em paciente com história clínica de poliabortividade espontânea, com sucesso de gestação materno-fetal favorável”.

O decreto de reconhecimento do segundo milagre foi publicado a 16 de Dezembro de 2006<sup>96</sup>.

Na manhã do dia 23 de Fevereiro de 2007, o Papa anunciou a canonização de Frei Galvão na sua visita a São Paulo, no dia 11 de Maio de 2007.

No dia 11 de Maio, sexta-feira, procedeu à canonização, tendo na homilia dado louvores a Deus pela graça da canonização de Frei António e agradecido ao actual Arcebispo de S. Paulo, D. Odilo Scherer as palavras de carinho em nome do seu povo e ao seu antecessor Cardeal Cláudio Hummes o empenhamento pela Causa deste Santo.

No ponto 5. da sua Homilia, o Papa parece condensar toda a riqueza da profundidade de vida e espiritualidade de Frei Galvão: “*Vinde a mim, todos vós que andais fadigados e oprimidos, que eu vos aliviarei*” (Mt 11,28). ... Como não ver aqui este sentimento paterno e, ao mesmo materno, de Deus por todos os seus filhos? Maria, a Mãe de Deus e Mãe nossa, se encontra particularmente ligada a nós neste momento. Frei Galvão assumiu com voz profética a verdade da *Imaculada Conceição*. Ela, a *Tota Pulchra*, a Virgem Puríssima, que concebeu em seu seio o redentor dos homens e foi preservada de toda a mancha do pecado original, quer ser o selo definitivo do nosso encontro com Deus, nosso Salvador. Não há fruto da graça na história de salvação que não tenha como instrumento necessário a mediação de Nossa Senhora”.

## Conclusão

A canonização do primeiro santo brasileiro, o franciscano Santo António Galvão ou Santo António Santana Galvão, em 11 de Maio de 2007 coroou não só uma vida de virtudes e um período de mais de um século de graças por sua intercessão obtidas,

---

96 *Acta Ordinis Fratrum Minorum, CXXV* (2006), pp. 535-536.

mas também uma imensidade de trabalhos conjugados ao longo de quase 70 anos, em cuja Causa ou sucessivos processos se viram envolvidas centenas de pessoas e várias instituições.

No caso do nosso Santo, recapitulemos, sumariamente etapas dos processos:

O primeiro contou com o trabalho de Frei Adalberto Ortmann, que além de pesquisa documental, registou testemunhos “ex auditu” e testemunhos “ex auditu auditus” entre 1938-1947. Foi ele quem elaborou a *Inquisitio S. D. Fr. Antonii de S. Anna Galvão, OFM*.

No segundo, trabalhou Fr. Dagoberto Romag, em 1949, organizando o *Processiculus Deligentiarum* dos Escritos do servo de Deus, com três Sessões do Tribunal Eclesiástico de S. Paulo; foi um documento inexplicavelmente bloqueado/desaparecido ou esquecido.

Do terceiro processo nada mais consta, a não ser a nomeação dos membros do Tribunal em 1969.

O quarto processo beneficiou do empenhamento pessoal dos últimos Arcebispos de São Paulo, desde D. Odilo Scherer, passando pelos seus antecessores o Cardeal Cláudio Hummes e muito particularmente o Cardeal-Arcebispo de S. Paulo, o franciscano D. Evaristo Arns. De realçar ainda a dedicação e capacidades de pesquisador e redactor de Frei Desidério Kalverkamp, nomeado vice-postulador em 1983, autor da *Biografia Crítica*.

Em 1991 o Tribunal Eclesiástico nomeou uma Comissão histórica para compulsar arquivos eclesiais (diocesanos, paroquiais, de mosteiros) e civis (cartórios civis, municipais, institucionais) para verificação de possíveis documentos e concluir o processo.

Decisivas foram as conclusões do estudo de dois dos últimos milagres: o primeiro, que possibilitou a beatificação de Frei Galvão em 25 de Outubro de 1998, pelo Papa João Paulo II, em S. Pedro de Roma; o segundo, que deu lugar à sua canonização, em 11 de Maio de 2007, pelo Papa Bento XVI, no Campo de Marte, no Aeroporto da cidade de São Paulo, no Brasil.

Justo seria que a cidade e a Diocese de Faro soubessem recordar as raízes deste primeiro santo brasileiro, cujo pai, o português António Galvão de França, nela nascido, conseguiu constituir e alimentar no Brasil uma família viveiro de virtude e santidade, permitindo e apoiando a resposta à santidade de um dos seus filhos, a saber o Franciscano que certamente nos atenderá sob qualquer destes apelativos: *Santo António Santana*, *Santo António Galvão*, *Santo António de Sant’Ana Galvão*, ou tão somente *S. Frei Galvão*.